

Meta é a recuperação do mercado

O programa social de emergência será um dos primeiros movimentos de uma série de providências a ser adotada pelo governo para reduzir os impactos recessivos e criar condições de retomada gradual do crescimento da economia, a longo de 1993. Ao ativar níveis localizados de emprego, além de reduzir diretamente graves problemas sociais e o drama de muitas famílias, o governo estará reagregando ao mercado consumidor um grande número de pessoas. Esta reagregação vai servir de estímulo às atividades produtoras.

Numa outra ponta, ao deflagrar aprovação de um conjunto de medidas de estímulo à produção de alimentos no País, o governo estará também gerando mais empregos no campo e criando condições de estabilização nos preços dos produtos agrícolas, ajudando, com isto, a política de combate à inflação.

Com o crescimento da produção de alimentos, vários outros setores vão estar sendo estimulados indiretamente, destacando-se, aí, os segmentos industriais de produ-

ção de fertilizantes, defensivos, equipamentos agrícolas (tratores, colheitadeiras etc.), veículos utilitários e caminhões. Este último segmento industrial vem atravessando uma crise muito séria, com queda na produção e ameaça de demissões em massa.

Nesta mesma direção, o incremento do programa da merenda escolar vai estar garantindo a compra de produtos agrícolas a pequenos e médios produtores, principalmente, gerando mais renda no meio rural e mais efeitos indiretos sobre a indústria e, ao mesmo tempo, atenuando os graves problemas de desnutrição infantil e de tensões sociais nas grandes cidades.

Nos passos seguintes dentro do aprofundamento dos programas de conteúdo social, direto ou indireto, o governo pretende criar novas linhas de crédito e novos estímulos às micro, pequenas e médias empresas.

O Banco do Brasil, aliás, por iniciativa do seu presidente, Alcir Augustinho Calliari, após

conversa com o presidente Itamar Franco, já saiu na frente nesta orientação do governo, anunciando uma linha de crédito especial, de US\$ 250 milhões, mediante prazos de 365 dias e juros reais de 12% ao ano para financiar a folha de pagamentos do 13º salário de micro, pequenas e médias empresas em todo o território nacional. A medida vai beneficiar aproximadamente 30 mil empresas em todo o País, favorecendo, assim, milhares de trabalhadores que vão poder consumir mais e estimular a produção neste final de ano.

Usando a liderança do Banco do Brasil, o governo quer sinalizar taxas de juros menores e estimular a entrada de outras instituições financeiras em aplicações de prazos mais longos, de modo a favorecer a retomada dos investimentos em 1993 e, com isso, a volta do crescimento econômico. Entretanto, segundo se diz no Ministério do Planejamento, o ponto decisivo para impor fim ao ciclo recessivo está na aprovação, pelo Congresso, da reforma fiscal. (Helival Rios)